

“Mas que Carta? Acho muito prematura falarmos em próxima Carta quando apenas iniciamos as negociações. Na reunião, colocamos sobre a mesa, para os Ministros, todos os pontos que vamos examinar no acordo, mas foi uma conversa muito preliminar. De forma que acho prematuro qualquer prognóstico.”

THOMAS REICHMANN, Chefe da Divisão do Atlântico do FMI

Nova Carta de Intenções deverá traçar objetivos para todo o ano

BRASÍLIA — A 6ª Carta de Intenções do Governo brasileiro ao Fundo Monetário Internacional (FMI) deverá conter metas econômicas gerais para todo o ano de 85 — e não apenas metas explícitas para o primeiro trimestre, como se imaginava no início das negociações — já com reflexos, portanto, para o futuro Governo, em seu primeiro ano. Essa possibilidade foi admitida ontem pelo Chefe da missão do FMI, Thomas Reichmann.

— Estamos pensando no assunto, pois é uma coisa que possivelmente teremos de fazer — disse.

As declarações de Reichmann foram dadas à saída de reunião de duas horas e meia com os Ministros do Planejamento, Delfim Netto, e da Fazenda, Ernane Galvêas, e com o Presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, no Palácio do Planalto. Quando

solicitado pelos jornalistas a esclarecer melhor a questão, contudo, ele foi lacônico:

— Por favor, perguntem ao Ministro Galvêas.

Das cinco Cartas de Intenções e um adendo até agora firmadas pelo Brasil com o FMI, todas estabeleceram metas anuais para a economia, implícitas ou explícitas — como déficit público, inflação, balança comercial, balanço de pagamentos, expansão de meios de pagamentos (dinheiro em poder do público mais depósitos à vista nos bancos) e da base monetária (emissão primária de moeda). Ao lado delas, foram fixadas também, por sucessivas missões do FMI, metas específicas para cada trimestre do ano sobre o desempenho econômico-financeiro do País.

Reichmann, Chefe da Divisão do Atlântico do FMI, infor-

mou que manterá hoje novo encontro com Delfim, Galvêas e Pastore. Embora ontem se negasse a usar expressão “Carta”, havia declarado, anteontem, que as negociações em torno da próxima Carta serão indicação suficiente para que os credores internacionais reabram a fase três do rescalonamento da dívida externa.

As negociações para elaboração da 6ª Carta deverão ser concluídas em meados do próximo mês. Reichmann explicou, ainda, anteontem, que a Diretoria do FMI só deverá referendar a Carta em fevereiro de 85. Lembrou que a aprovação da carta pela Direção do Fundo é necessariamente precedida de relatório da missão de consulta que está no País. A análise desse relatório pelo board do FMI demora, no mínimo, quatro semanas após sua apresentação.



Reichmann deixa a reunião no Palácio do Planalto